



EDITORIAL

Fernanda Araújo Kallás e Caetano

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o primeiro número do nono volume da Revista Eletrônica e-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

O presente número inicia-se com um importante estudo de direito comparado de autoria de Cirilo Augusto Vargas, que a partir das informações providas pela Diretora Executiva da Defensoria Pública Federal no Estado do Alabama sobre as características do serviço de assistência jurídica gratuita disponibilizado à população carente norte-americana redigiu o artigo **A assistência jurídica gratuita nos Estados Unidos: 50 anos após Gideon v. Wainwright**. O estudo visa traçar uma radiografia do principal mecanismo de acesso à jurisdição nos Estados Unidos, viabilizando sua comparação com o sistema brasileiro, expressamente delineado e institucionalizado pela Constituição, como política pública de nivelamento social.

Em seguida, no artigo **Acesso à Justiça ante ao controle de constitucionalidade contemporâneo**, o professor Hamilton Cunha Iribure Júnior, realizou uma análise crítica do controle difuso de constitucionalidade e o acesso à justiça numa perspectiva do pensamento de Jacques Derrida.

Celiana Diehl Ruas e André Fernandes Estevez, no artigo **Renúncia contratual a direitos fundamentais**, analisaram a admissibilidade de renúncia contratual a direitos

E-Civitas - Revista Científica dos Cursos de Direito e Relações Internacionais do UNIBH - Belo Horizonte, volume IX, número 1, julho de 2016 -
ISSN: 1984-2716. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>
E-mail de contato: ecivitas@unibh.br



fundamentais no âmbito das relações privadas. sistematizando os requisitos, pressupostos e critérios de controle de validade da renúncia.

O artigo **O modelo do Manual (jurídico): considerações gerais e doutrina constitucional**, escrito por Igor Silveira Santana Santos, analisa alguns aspectos da cultura do manual no âmbito jurídico abordando o problema relativo à falta de diálogo do manual com os desenvolvimentos acadêmicos/científicos que lhe são posteriores.

Por sua vez, Douglas Miranda Mussi, no artigo **Transporte Público individual e inovação tecnológica: elementos para a criação de um marco regulatório adequado**, apurou as imperfeições no modelo regulatório tradicionalmente adotado no Brasil, apresentando sugestões para a criação de um marco legal adequado, capaz de balizar a intervenção estatal de forma a produzir resultados eficientes do ponto de vista socioeconômico.

Por fim, Márcio Bonini Notari analisou o projeto de Lei, em tramitação perante o Senado Federal, que altera alguns dispositivos da Lei 9.307/96, instituindo a possibilidade de aplicação da Lei de Arbitragem no âmbito da Administração Pública.

no artigo **A Lei de Arbitragem na Administração Pública**

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.